



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA  
GESTÃO 2025/2028

## EDITAL DE LICITAÇÃO

**TIPO: MENOR PREÇO POR KM RODADO**

**PREGAO ELETRONICO Nº. 010/2025-FME**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 520/2025-FME**

**DATA DE ABERTURA: 21/01/2026. HORARIO: 09h00m**

**ÂMBITO LOCAL/MUNICIPAL**

**REGIONALIZADO PARA AS MPes, CONFORME DISPÕE O ART. 48 INC. I E II DA LC nº. 123/2006, LC nº. 147/2014 COM SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES E DECRETO MUNICIPAL Nº 233/2025.**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS:** até as 08h59min. do dia 21/01/2026.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:** 21/01/2026, às 09h00min.

**INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS:** 21/01/2026, às 09h15min.

**PLATAFORMA VIRTUAL:** <https://www.licitanet.com.br/>.

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR KM RODADO.

Obs.: Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

**O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARIRI DO TOCANTINS/TO**, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR KM RODADO**, nos termos da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2014 com suas posteriores alterações, Decreto Municipal nº. 233/2025 e exigências estabelecidas neste Edital.

Este pregão será conduzido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro **Kauan Batista Marins**, com o apoio da respectiva Equipe de Apoio, que irá participar e auxiliar na análise, discussão e deliberação das decisões e atos praticados nesse processo.

Na hipótese de não haver expediente ou ocorrer qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública, a critério exclusivo do município de Cariri do Tocantins, através do Setor de Licitação, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação/Pregoeiro em contrário.

São atribuições do Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela equipe responsável pela elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

**Prefeitura Municipal de Cariri**

📍 Avenida Bernardo Sayao, s/n - Centro - ☎ (63) 3383-1165  
Cariri do Tocantins - TO CEP 77453-000

✉ [prefeitura.cariri2528@gmail.com](mailto:prefeitura.cariri2528@gmail.com) CNPJ: 37.344.397/0001-49

## 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO DE ALUNOS QUE RESIDEM NA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARIRI DO TOCANTINS, PARA O CALENDÁRIO ESCOLAR DO EXERCÍCIO DE 2026, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**1.2.** A licitação será realizada por item, conforme tabela constante no Termo de Referência.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR KM RODADO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**2.1.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO, para o exercício de 2026, conforme abaixo:

**2.1.1.** Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO.

05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO. Fonte de Recurso: 15001001000000 - MDE.

05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO. Fonte de Recurso: 15530000000000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE).

05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO. Fonte de Recurso: 15760000000000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO ESTADO.

**2.2.** Poderá ser incluída nova dotação orçamentária ou alterada as existentes desde que justificadas mediante Termo de Apostilamento.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular na plataforma virtual Licitanet, observando as determinações abaixo.

**3.1.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital

e seus Anexos, observado a regionalização.

**3.1.2.** A presente contratação será realizada de forma **regionalizada no âmbito local/municipal**, considerando que o Município dispõe de diversas **empresas atuantes no ramo pertinente ao objeto**, qual seja, locação de veículos.

**3.1.3.** A adoção da regionalização visa prestigiar o **fortalecimento da economia local**, assegurar maior eficiência na execução contratual, reduzir custos logísticos e fomentar a geração de emprego e renda, em consonância com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência e da economicidade.

**3.1.4.** A regionalização prevista neste Edital consiste na **participação de empresas sediadas no município de Cariri do Tocantins/TO**, nos termos do disposto no **inciso I, § 2º, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 233/2025, de 27 de março de 2025**.

**3.1.5.** Será aplicado o tratamento diferenciado e favorecido as **MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS**, com amparo jurídico na **Lei Complementar nº 123/2006**, com as alterações promovidas pela **Lei Complementar nº 147/2014**, e demais normas correlatas.

**3.1.6.** Nos termos do **inciso I, § 2º, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 233/2025**, considera-se **âmbito local/municipal** os limites geográficos do Município de Cariri do Tocantins/TO.

#### **4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO**

**4.2.** Os interessados:

**4.2.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.2.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.2.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.2.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, da Lei nº. 14.133, de 2021;

**4.2.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.3.** O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

**5.4.** Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados apenas pelo(s) licitante(s) vencedor(es), nos termos do art. 63, inciso II da Lei nº. 14.133/2021.

**5.5.** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e equiparadas, deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei nº. 123, de 2006.

**5.6.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.7.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

**5.8.** A proposta final e os documentos de habilitação do(s) licitante(s) melhor classificado(s) somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação/Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e o envio dos documentos respectivamente.

**5.9.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.9.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, que conhece e cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

**5.9.2.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**5.9.3.** que nos valores propostos estão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços;

**5.9.4.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.9.5.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.9.6.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

**5.10.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021.



**5.11.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.12.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.13.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas.

**5.14.** As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, sediadas no município ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício que se estabelece em face das peculiaridades municipais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social.

**5.15.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**5.16.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

**6.1.1.** Valor unitário e total do KM de cada rota, em moeda corrente nacional;

**6.1.2.** Marca de cada veículo ofertado;

**6.1.3.** Modelo de cada veículo ofertado;

**6.1.4.** Descrição detalhada da(s) rota(s), contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

**6.2.** Todos os dados contidos na proposta vinculam a contratada.

**6.3.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, poderão ser desconsiderados, desde que o licitante justifique e o Agente de Contratação/Pregoeiro aceite, podendo ser realizado até a solicitação dos documentos de habilitação. Após a solicitação dos documentos de habilitação, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias, a contar da data de sua apresentação, sob pena de desclassificação.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Será desclassificada a proposta que:

**7.2.1.** contiver vícios insanáveis;

**7.2.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.2.3.** apresentar preço inexequível ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.2.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro;

**7.2.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

**7.2.6.** que identifique o licitante.

**7.3.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do(s) item(ns), poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no(s) item(ns).

**7.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.5.** A não desclassificação da proposta inicial não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

**7.6.** O Agente de Contratação/Pregoeiro analisará previamente as propostas iniciais em relação ao subitem 7.2., no que couber. Após a análise, o sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.7.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e os licitantes.

**7.8.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.8.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

**7.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.10.** Os licitantes somente poderão oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.11.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser

de **R\$: 0,01 (um) centavo**, no tempo mínimo de 01 (um) segundo.

**7.12.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**7.13.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO".

**7.13.1. MODO DE DISPUTA ABERTO:**

**7.13.1.1.** No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.13.1.2.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**7.13.1.3.** Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

**7.13.1.4.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

**7.14.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

**7.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**7.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.17.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes do certame, publicada na plataforma virtual Licitanet (<https://licitanet.com.br/>), com data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas no mínimo 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o

disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006.

**7.21.** Havendo proposta ou lances, conforme o caso, de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, com intervalo de até 10% (dez por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos § 3º, do Art. 48, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

**7.21.1.** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas sediadas local ou regionalmente.

**7.22.** Não havendo microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 05% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.23.** A melhor classificada nos termos dos subitens 7.21 ou do 7.22 quando não havendo microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.24.** Caso a microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, as propostas serão reclassificadas para verificação do enquadramento nos subitens 7.21 ou do 7.22, quando não havendo microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.26.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**7.27.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.28.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei n.º 14.133, de 2021, na seguinte ordem:

**7.28.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.28.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos em Lei;



**7.28.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.28.4** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.29.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.29.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.29.1.1.** empresas brasileiras;

**7.29.1.2.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.29.1.3.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.30.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**7.31.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação/Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.31.1.** Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeiro recusar a proposta, por qualquer motivo que seja, e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**7.31.2.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**7.31.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.32.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**7.33.** O licitante vencedor será convocado para apresentar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da planilha de custos e formação de preços se for o caso, e dos documentos de comprovação, em formato digital, preferencialmente em PDF para compor a sequência dos autos digitais, devendo ser anexados na plataforma de disputa no prazo máximo de 02 (duas) horas contados da solicitação do agente de contratação/pregoeiro, responsável pela condução do certame.

**7.34.** Os documentos de habilitação poderão ser exigidos concomitantemente com os

descritos no subitem 7.33., a critério do Agente de Contratação/Pregoeiro.

## 8. DA INEXEQUIBILIDADE

**8.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade as propostas com desconto superior a 30,0000% (trinta por cento) do valor orçado pela Administração.**

### FÓRMULA:

VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO – 30,0000% (trinta por cento)

EX.:

ORÇADO DA ADMINISTRAÇÃO	– 30,0000% (trinta por cento)	= X
R\$ 1.000,00 (um mil reais)	– 30,0000% (trinta por cento)	= R\$ 700,00 (setecentos reais)

Conforme o exemplo:

- Os licitantes deverão encaminhar a planilha de custos e formação de preços para as propostas com valores inferiores a R\$ 700,00 (setecentos reais), acompanhada de sua comprovação no momento solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

- Os licitantes estarão dispensados de apresentar a planilha de custos e formação de preços para as propostas com valores entre R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

**8.1.1.** A planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação deverão ser encaminhados junto com a Proposta Realinhada, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados a partir da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (podendo ser solicitados concomitante com os documentos de habilitação).

**8.1.2.** A planilha de custos e formação de preços deverá conter, no mínimo, as seguintes informações;

**8.1.2.1.** Rotas, especificação, quantidade, unidade;

**8.1.2.2.** Custos unitários dos KM;

**8.1.2.3.** Custos total dos KM;

**8.1.2.4.** Margem de Lucro;

**8.1.2.5.** Preço Final;

**8.1.3.** Para comprovação de preços da planilha de custos e formação de preços, os licitantes deverão encaminhar documentos que comprovem a viabilidade dos preços apresentados, tais como notas fiscais e/ou contratos e/ou faturas e/ou orçamentos e/ou quaisquer outros elementos idôneos que demonstrem a compatibilidade dos valores ofertados com os custos necessários à execução do objeto.

**8.1.3.1.** A comprovação deverá estar harmonizada com os preços propostos e concatenada com a realidade de mercado.

**8.1.4.** Caso o licitante envie notas fiscais e/ou contratos para comprovar a viabilidade dos preços apresentados, estará dispensado de apresentar planilha de custos e formação de preços.

**8.1.5.** Em caso da necessidade de esclarecimentos acerca da planilha de custos e formação de preços ou dos documentos de comprovação, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.1.6.** A planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação serão solicitados apenas uma vez para cada licitante em relação a cada item, conforme o caso, e o seu não envio é motivo de recusa da proposta do licitante naquele item.

**8.1.6.1.** Caso enviado os documentos e não comprovado a exequibilidade, será recusada a proposta do licitante daquele item.

## **9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**9.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (podendo ser solicitada concomitantemente com os documentos de habilitação, com a planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação, conforme o caso) no sistema eletrônico e deverá:

**9.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**9.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**9.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

**9.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**9.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços da proposta final e os registrados em sistema, será realizado diligência para a correção.

**9.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

**9.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**9.6.** Em caso de não aceitação da proposta de item(ns) ou lote(s) de item(ns), seja por não comprovação da exequibilidade, ou por qualquer outro motivo que implique alteração da proposta final, o licitante deverá, no mesmo prazo estabelecido no subitem 9.1, após solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro, proceder à assinatura da proposta final diretamente na plataforma virtual

Licitanet.

**9.6.1.** Em caso de dúvidas quanto a proposta final da plataforma virtual Licitanet, as licitantes deverão contatar o suporte técnico da plataforma.

## **10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1.** O Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao(s) item(ns) e à compatibilidade do(s) preço(s) em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**10.1.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**10.2.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**10.3.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, e a ocorrência será registrada em ata.

**10.4.** Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

**10.5.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, que poderá ser analisada antes do julgamento das propostas, a critério do Agente de Contratação/Pregoeiro, visando a celeridade processual, observado os dispostos neste Edital.

## **11. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

**11.1.** Os licitantes deverão possuir cadastro na plataforma virtual Licitanet.

**11.2.** O licitante vencedor deverá enviar os documentos de habilitação, bem como as declarações, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (podendo ser solicitados concomitantemente com a proposta realinhada, com a planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação, conforme o caso), sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**11.2.1.** A critério do agente de contratação/pregoeiro, como forma de celeridade processual, poderá os documentos de habilitação ser analisados preliminarmente ao julgamento das propostas.

**11.3. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA NOS SEGUINTE CADASTROS:**

**11.3.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de



Empresas Punidas – CNEP  
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

**11.3.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**11.3.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>).

**11.3.4.** As consultas mencionadas acima poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**11.4.** As consultas aos cadastros serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**11.4.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**11.4.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**11.4.3.** Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação/Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.4.4.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**11.5.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos anexados na plataforma virtual Licitanet, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, bem como as declarações.

**11.6.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**11.7.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.7.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**11.8.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização.

**11.9.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a

inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, convocando os licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**11.10.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**11.11.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação nos termos abaixo, seja por não apresentar os documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**11.12.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**11.13.** Após encerrado o prazo de envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligências, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação, para:

**11.13.1.** Complementação/comprovação de informações acerca dos documentos já apresentados.

**11.13.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.14.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado.

**11.15.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## **12. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**12.1.** A habilitação jurídica será comprovada pelos seguintes documentos:

**12.1.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**12.1.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);

**12.1.3.** No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**12.1.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**12.1.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**12.1.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764, de 1971;

**12.1.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**12.2.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como de cópia do RG ou CNH (cópia ou digital) do(s) proprietário(s) e/ou administrador(es);

**12.3.** O não envio do documento de habilitação jurídica é motivo de inabilitação e não poderá ser diligenciado, salvo se realizado o encaminhamento da habilitação jurídica faltando as alterações ou a consolidação respectiva, ou o documento pessoal do(s) proprietário(s) e/ou administrador(es).

**12.3.1.** No caso acima, poderá ser realizado diligência, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação.

### **13. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**13.1.** A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada pelos seguintes documentos:

**13.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ),** ao qual o documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão.

**13.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN),** referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº. 1.751, de 02/10/2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**13.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

**13.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho,** nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943;

**13.1.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual,** junto ao Estado sede da empresa licitante.

**13.1.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal,** da sede da empresa licitante;

**13.2.** O não envio das certidões acima, ou envio de certidões positivas, ou ainda certidões vencidas na data da abertura das propostas é motivo de inabilitação da empresa, salvo previsto no subitem 11.8..

**13.3.** Poderá ser realizado diligência caso não enviado a Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ou envio com data de expedição superior a 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão.

**13.3.1.** No caso acima, poderá ser realizado diligência, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação, podendo o Agente de Contratação/Pregoeiro consultar eletronicamente.

#### 14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**14.1.** A qualificação econômico-financeira será comprovada pelos seguintes documentos:

**14.1.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

**14.1.2. Balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, dispensada a apresentação se a empresa for MEI;

**14.1.2.1.** A licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo simples nacional poderá substituir o balanço patrimonial pelo Extrato do Simples Nacional do mês de apuração antecessor ao mês anterior da data de abertura do certame (mês de abertura do certame – 2 meses);

**14.1.2.2.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, o balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis serão substituídos pelo balanço de abertura;

**14.1.2.3.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**14.1.3.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada através da apresentação de declaração, emitida e assinada por contador devidamente habilitado, **devendo ser enviado sua Carteira de Identidade Profissional (cópia ou documento digital)**, de que a empresa obtém de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = 
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = 
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = 
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante

**14.1.4.** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**14.2.** Devido à complexidade dos cálculos, os balanços e as declarações serão submetidos à análise de



profissionais habilitados do Município, os quais emitirão parecer técnico ao término da avaliação.

**14.3.** Será verificado a compatibilidade do valor vencido pelo licitante com seu faturamento anual, independentemente do porte da empresa.

**14.4.** A declaração citada no subitem 14.1.3. será facultada desde que constantes nos respectivos balanços, ficando facultado também o envio da Carteira de Identidade Profissional (cópia ou documento digital).

**14.5.** O não envio da Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou encaminhada constando processos de Falência ou Recuperação Judicial, ou ainda, enviada a certidão vencida na data da abertura das propostas é motivo de inabilitação.

**14.6.** Não será passível de diligências o não encaminhamento dos documentos de qualificação econômico-financeira.

## **15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**15.1.** A qualificação técnica será comprovada pelos seguintes documentos:

**15.1.1. Apresentação de 01 (um) ou mais atestados ou certidões de capacidade técnica,** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem capacidade operacional na execução da prestação dos serviços de transporte escolar (compatíveis em características, quantidades, e prazos com o objeto licitado).

**15.1.1.2.** Para fins de comprovação da capacidade, admitir-se-á a apresentação de um único atestado ou o somatório de atestados desde que, em conjunto, demonstrem experiência compatível com os serviços vencidos, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

**15.1.1.3.** Os atestados de capacidade técnica deverão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante, conforme subitem 11.7.;

**15.1.1.4.** Deverão, ainda, ser apresentados os documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, quando exigidos, para fins de verificação da autenticidade e validade dos atestados apresentados.

**15.1.1.5.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, no prazo máximo de 02 (duas) horas, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado os serviços contratado, dentre outros documentos tais como notas fiscais, empenhos, etc.

**15.1.2.** A não compatibilidade entre o atestado/certidão e os serviços vencido implicará a inabilitação técnica do licitante.

**15.1.3.** Não enviado o(s) atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica é motivo de inabilitação do licitante.

## **16. DECLARAÇÕES**

**16.1.** As declarações exigidas são:

**16.1.1.** Declarações constantes no item 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, consolidadas ou não, contendo os dados do licitante e os dados do processo licitatório, devidamente assinada.

**16.1.2.** As declarações acima exigidas poderão ser substituídas por meio da declaração única disponibilizada pelo sistema (LICITANET).

**16.2.** Não enviadas, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro realizar a consulta pelo sistema (LICITANET).

**16.3.** Não sendo possível a consulta, poderá ser realizado diligência.

**16.3.1.** No caso acima, poderá ser realizado diligência, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação.

## **19. DOS RECURSOS**

**19.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº. 14.133, de 2021.

**19.2.** O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**19.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**19.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**19.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos, sendo permitido em dois momentos.

**19.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**19.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº. 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**19.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**19.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**19.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**19.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**19.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**19.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**19.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.cariri.to.gov.br](http://www.cariri.to.gov.br).

## **20. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**20.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**20.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**20.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**20.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**20.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**20.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma virtual Licitanet, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**21.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**21.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO / VISTORIA**

**22.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**22.2.** Após a habilitação do licitante vencedor, a Administração o convocará para a realização da vistoria pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, devendo o representante legal da licitante se fazer presente no local e no prazo indicado, apresentando o(s) veículo(s), bem como os documentos exigidos no ETP e no Termo de Referência.

**22.2.1.** Concluída a vistoria, após a anuência da Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação, a licitação será homologada.

## **23. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**23.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, sendo individualizado para cada órgão.

**23.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**23.2.1.** O Termo de Contrato ou instrumento equivalente será assinado por meio de assinatura digital.

**23.2.2.** Deverá ser assinado por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

**23.2.3.** O prazo previsto no subitem 23.2. poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**23.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**23.3.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021;

**23.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**23.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art., 137, nas formas prevista em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.

**23.3.4.** O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento convocatório ou no termo de referência.

**23.4.** Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**23.4.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**23.5.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**23.6.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**23.6.1.** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**23.6.2.** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



**23.7.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

**23.8.** A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 23.6.

**23.9.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

#### **24. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

**24.1.** As regras acerca do reajustamento em sentido geral são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

#### **25. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**25.1.** Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar o objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**25.2.** A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

**25.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**25.4.** Da entrega e critério de aceitação do objeto:

**25.4.1.** A prestação dos serviços será de forma IMEDIATA, contados do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO, emitida pelo Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO.

**25.4.2.** O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**25.5.** As regras acerca do recebimento em sentido geral são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

#### **26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**26.1.** São obrigações da Contratante:

**26.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

**26.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Edital e da proposta, para fins de aceitação e

recebimento definitivo;

**26.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**26.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**26.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Edital e seus anexos;

**26.1.6.** Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

**26.1.7.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do futuro Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**26.2.** São obrigações da contratada:

**26.2.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços e, ainda:

**26.2.1.1.** Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

**26.2.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990).

**26.2.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital e seus anexos, os serviços executados em incompatibilidade com o descrito neste edital e seus anexos, bem como as avarias ou defeitos;

**26.2.1.4.** Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, à Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**26.2.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

**26.2.1.6.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **27. DO PAGAMENTO**

**27.1.** O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica de pagamento dos processos.

**27.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução dos serviços do contrato.

**27.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**27.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**27.5.** Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**27.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**27.7.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**27.8.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

**27.9.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**27.10.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

**27.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**28.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário com dolo ou culpa:

**28.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

**28.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**28.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**28.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**28.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**28.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**28.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**28.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**28.1.5.** Fraudar a licitação.

**28.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**28.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**28.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**28.1.6.3.** Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame, sem apresentar a devida justificativa;

**28.1.6.4.** Abandonar o certame.

**28.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**28.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**28.2.** A administração, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**28.2.1.** Advertência;

**28.2.2.** Multa;

**28.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**28.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**28.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**28.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**28.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**28.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**28.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;



**28.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**28.4.** As demais disposições e procedimentos são as previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº. 14.133/21.

## **29. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**29.1.** Qualquer pessoa poderá impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

**29.2.** A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA na plataforma virtual <https://www.licitanet.com.br/>.

**29.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a administração, e deverá ser divulgada na plataforma virtual Licitanet no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**29.4.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**29.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**29.6.** Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pela proponente.

**29.7.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## **30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**30.1.** Todos os documentos deverão ser anexados pelos licitantes na plataforma virtual Licitanet, podendo os prazos para envio descritos neste edital ser prorrogados, desde que devidamente justificado e deferido pelo agente de contratação/pregoeiro.

**30.2.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á o resultado no sistema eletrônico.

**30.3.** Como condição de validade e eficácia, todos os atos devem ser realizados de forma eletrônica diretamente na plataforma virtual Licitanet, conforme art. 17, § 4º da Lei 14.133, de 2021.

**30.4.** Todas as comunicações serão formalizadas através da plataforma virtual Licitanet.

**30.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**30.6.** Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido saneamento.

**30.7.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**30.8.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**30.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**30.10.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**30.11.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**30.11.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**30.12.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**30.13.** A Autoridade Superior poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**30.13.1.** A anulação do pregão induz à do contrato.

**30.13.2.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**30.14.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, na plataforma virtual <https://www.licitanet.com.br/>, e também poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins, sediada na Avenida Bernardo Sayão, nº. 01, Centro, Cariri do Tocantins, nos dias úteis, no horário das 07h:30m às 13h00m, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**30.14.1.** O Edital também pode ser solicitado pelo email: [cplcariri2024@gmail.com](mailto:cplcariri2024@gmail.com).

## **31. ANEXOS**

**31.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**31.1.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**31.1.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**31.1.1.2. APÊNDICE DO ANEXO I – RELATÓRIO DE COORDENADAS DAS ROTAS**

**31.1.1.3. APÊNDICE DO ANEXO I – LISTA DE ALUNOS DA ZONA RURAL**

**31.1.1.4. APÊNDICE DO ANEXO I – CALENDÁRIO ESCOLAR 2026**

**31.1.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**

**31.1.3. ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**

Cariri do Tocantins – TO, 05 de janeiro de 2026.



# **TR - TERMO DE REFERÊNCIA**



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

Demandante: Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO.

Responsável: Lucenilde de Sousa Moraes Costa

Telefone: (63) 3383-1283.

### **OBJETO**

O presente Termo de Referência reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis, tendo por objetivo subsidiar o processo licitatório, com o escopo de promover a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO DE ALUNOS QUE RESIDEM NA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARIRI DO TOCANTINS, PARA O CALENDÁRIO ESCOLAR DO EXERCÍCIO DE 2026.**

### **NATUREZA DO OBJETO**

O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6, inciso XIII da Lei 14.133/2021

### **1. DESCRIÇÃO DAS ROTAS**

**1.1.** Constitui objeto deste Termo de Referência a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO DE ALUNOS QUE RESIDEM NA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARIRI DO TOCANTINS, PARA O CALENDÁRIO ESCOLAR DO EXERCÍCIO DE 2026**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ROTA	TOTAL / KM/ POR DIA	DIAS LETIVOS	TOTAL/KM ROTA/ 200 DIAS	MEDIA UNITÁRIA/ ROTA	MEDIA TOTAL/ ROTA 200 DIAS
1.	FAZENDA AVANTE	196	200	39.200	R\$ 5,58	R\$ 218.736,00
2.	FAZENDA BALISA	232	200	46.400	R\$ 5,58	R\$ 258.912,00
3.	FAZENDA GAMELEIRA	246	200	49.200	R\$ 5,55	R\$ 273.060,00
4.	FAZENDA MARCO AURELIO	135	200	27.000	R\$ 5,55	R\$ 149.850,00
5.	FAZENDA MARISTELA	136	200	27.200	R\$ 5,55	R\$ 150.960,00



6.	FAZENDA SANTA HELENA	256	200	51.200	R\$ 5,58	R\$ 285.696,00
7.	ASSENTAMENT O SERRINHA	231	200	46.200	R\$ 5,68	R\$ 262.416,00

**1.2.** Valor Total Estimado da Contratação **R\$ 1.599.630,00 (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil e seiscentos e trinta reais).**

**1.3.** Os valores constantes na tabela são de referência do mapa de preços, oriundos da pesquisa de mercado;

**1.4.** O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados, conforme a Formalização Inicial da Demanda, Termo de Referência, bem como o que consta dos Estudos Técnicos Preliminares;

**1.5.** As quantidades foram estimadas utilizando como base o deslocamento necessário para transporte dos estudantes até as escolas, sendo que a quilometragem total da rota considera como ponto de partida o local em que se embarcam os primeiros estudantes e ponto final a última escola em que desembarca os últimos estudantes, multiplicando-se a quilometragem obtida por (02) dois quando se tratar de um único turno e por (04) quando se tratar de 02 turnos diferentes.

## 2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E QUANTITATIVOS ESTIMADOS

**2.1.** As especificações e quantidades dos itens está (ão) descrita conforme segue:

ROTA 1			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	196	FAZ. AVANTE
SENDO: 02 VIAGENS DE 98 KM CADA, COM UM TOTAL DE 196 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 39.200			

ROTA 2			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	232	BALISA
SENDO: 02 VIAGENS DE 116 KM CADA, COM UM TOTAL DE 232 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 46.400			

ROTA 3			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			



ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	246	ASSENTAMENTO GAMELEIRA
SENDO: 02 VIAGENS DE 123 KM CADA, COM UM TOTAL DE 246 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 49.200			

ROTA 4			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	135	FAZENDA MARCO AURELIO
SENDO: 02 VIAGENS DE 67,5 KM CADA, COM UM TOTAL DE 135 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 27.000			

ROTA 5			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	136	FAZENDA MARISTELA
SENDO: 02 VIAGENS DE 68 KM CADA, COM UM TOTAL DE 136 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 27.200			

ROTA 6			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	256	FAZENDA SANTA HELENA
SENDO: 02 VIAGENS DE 128 KM CADA, COM UM TOTAL DE 256 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 51.200			

ROTA 7			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	231	ASSENTAMENTO SERRINHA
SENDO: 02 VIAGENS DE 115,5 KM CADA, COM UM TOTAL DE 231 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 46.200			

RESUMO DAS ROTAS				
	ROTA	KM RODADOS DIA	DIAS LETIVOS	TOTAL DE KM ANUAL
1	AVANTE	196	200	39.200
2	BALISA	232	200	46.400
3	GAMELEIRA	246	200	49.200
4	MARCO AURELIO	135	200	27.000
5	MARISTELA	136	200	27.200



6	SANTA HELENA	256	200	51.200
7	SERRINHA	231	200	46.200
<b>TOTAL</b>				<b>286.400</b>

### 3. JUSTIFICATIVA

A contratação de serviços de locação de veículo tipo ônibus, micro-ônibus, vans, visando o transporte escolar de alunos da zona rural da rede municipal de ensino, é justificada por diversos vetores imprescindíveis por esta gestão, que tem como objetivo transformar o município com investimento em infraestrutura para educação, bem como mecanismos de viabilizar a educação para todos.

O foco na educação e a principal justificativa é assegurar que os alunos municipais tenham acesso à educação de forma regular e segura. O transporte escolar confiável contribui para que os estudantes não percam aulas devido a problemas de mobilidade, e a expansão da modalidade desse benefício gratuito para crianças matriculadas em creches municipais possui imprescindível caráter de política pública atendida. A ampliação do acesso à educação com o serviço de transporte escolar é essencial para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades educacionais. A segurança dos alunos ao ser contratualizado pelo município um serviço profissional de transporte escolar deve não apenas viabilizar o suporte para frequência escolar, como garantir que os veículos atendam aos padrões de segurança necessários para proteger os alunos durante suas viagens. O transporte escolar adequado pode reduzir a taxa de desistência escolar, uma vez que torna mais fácil para os alunos comparecerem às aulas, especialmente aqueles que moram longe das escolas.

Para a administração, a justificativa para a locação dos veículos ainda reflete a eficiência de recursos ao optar pela locação de veículos, e o município pode evitar custos elevados de compra, manutenção e gerenciamento de uma frota própria, resultando em economia de recursos públicos. Portanto, a contratação de serviços de locação permite ao município ajustar a quantidade de veículos e rotas conforme a demanda, garantindo maior flexibilidade e eficiência na gestão do transporte escolar. Já a profissionalização da prestação de serviço de gestão da frota já existente, objetiva atribuir a qualidade de empresas especializadas no presente objeto para transporte escolar costumam contar com motoristas treinados e experientes, o que eleva o nível de profissionalismo e segurança no serviço prestado aos alunos. A redução de responsabilidades se demonstra um ponto positivo para o município, ao contratar um serviço, o município transfere responsabilidades operacionais, como manutenção e seguro dos veículos, para a empresa contratada, permitindo que a administração municipal se concentre nas atividades educacionais, pois contratar um serviço terceirizado permite ao município estabelecer contratos com critérios de desempenho, monitorar o serviço prestado e garantir que ele atenda às expectativas e padrões estabelecidos.

Em suma, a contratação de serviços de locação de transporte escolar para alunos municipais em especial aos da zona rural visa garantir o acesso à educação, a segurança dos estudantes,



a eficiência de recursos e o cumprimento das obrigações legais, tudo isso contribuindo para a promoção da educação de qualidade no município.

#### **4. DA REGIONALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Da opção pela regionalização no âmbito local/municipal:**

**4.1.1.** A presente contratação será realizada de forma **regionalizada no âmbito local/municipal**, considerando que o Município dispõe de diversas **empresas atuantes no ramo pertinente ao objeto**, qual seja, locação de veículos.

**4.1.2.** A adoção da regionalização visa prestigiar o **fortalecimento da economia local**, assegurar maior eficiência na execução contratual, reduzir custos logísticos e fomentar a geração de emprego e renda, em consonância com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência e da economicidade.

##### **4.2. Da participação das empresas:**

**4.2.1.** A regionalização prevista neste edital consiste na **participação de empresas sediadas no município de Cariri do Tocantins/TO**, nos termos do disposto no **inciso I, § 2º, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 233/2025, de 27 de março de 2025**.

**4.2.2.** Será aplicado o tratamento diferenciado e favorecido as **MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS**, com amparo jurídico na **Lei Complementar nº 123/2006**, com as alterações promovidas pela **Lei Complementar nº 147/2014**, e demais normas correlatas.

##### **4.3. Do conceito de âmbito local/municipal:**

**4.3.1.** Nos termos do **inciso I, § 2º, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 233/2025**, considera-se **âmbito local/municipal** os limites geográficos do Município de Cariri do Tocantins/TO.

##### **4.4. Da compatibilidade com os princípios da Administração Pública:**

**4.4.1.** A regionalização adotada **não compromete a competitividade do certame**, uma vez que existe **pluralidade de fornecedores aptos na região**, tampouco afronta os princípios da isonomia, da legalidade ou da seleção da proposta mais vantajosa, ao contrário, **concretiza o comando constitucional e legal de incentivo ao fortalecimento da economia local**, observando integralmente o ordenamento jurídico vigente.



## **5. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATAÇÃO:**

**5.1.** A Contratada obriga-se a executar o objeto licitado em perfeita harmonia e concordância com termos do instrumento convocatório e deste Termo de Referência.

**5.2.** Após a habilitação do licitante vencedor, a Administração o convocará para a realização da vistoria pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, devendo o representante legal da licitante se fazer presente no local e no prazo indicado, apresentando o(s) veículo(s), bem como os documentos exigidos no ETP e abaixo.

**5.3.** Concluída a vistoria, após a anuência da Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação, a licitação será homologada.

**5.4.** A licitante ficará responsável por realizar a vistoria no DETRAN/CIRETRAN após a assinatura do contrato no prazo estipulado pela administração. Deverá também ser realizado no início do segundo semestre.

**5.5.** Após a homologação da Licitação, a Autoridade competente da Administração, convocará a adjudicatária para assinatura do contrato, devendo observar e cumprir as exigências contidas no Edital e seus anexos.

**5.6.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

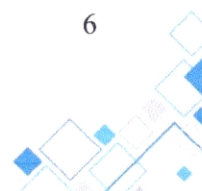
**5.7.** É facultado à Contratante, quando o convocado não assinar, não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 90 da lei federal 14.133/21.

**5.8.** Decorridos o prazo de validade de sua proposta, sem convocação para a contratação, fica o licitante liberado dos compromissos assumidos.

**5.9.** A Contratada não poderá ceder ou transferir a contratação, total ou parcialmente, a terceiros, sob pena de rescisão.

**5.10.** Todos os contatos, reclamações e penalidades serão feitos ou aplicados diretamente a Contratada.

### **5.11. Sustentabilidade;**







**5.11.1.** Além dos critérios de sustentabilidade comuns, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**5.11.2.** contratada deverá utilizar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, priorizando a segurança, durabilidade e eficiência. As escolhas devem visar à redução da geração de resíduos, ao menor desperdício de recursos e à mitigação dos impactos ambientais.

**5.11.3.** Recomenda-se que a contratada adote ações que minimizem a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente nocivas, visando à preservação da qualidade do ar, à saúde dos usuários, à integridade dos sistemas prediais e à proteção do meio ambiente. Entre as medidas sugeridas, destaca-se a utilização de combustíveis menos poluentes.

**5.11.4.** Devem ser observadas as diretrizes contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 4ª Edição, de agosto de 2021.

## **6. DA FORMA DE EXECUÇÃO, DAS CONDIÇÕES, DO RECEBIMENTO, DO LOCAL DE ENTREGA, DO SERVIDOR RESPONSÁVEL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

### **6.1. Da forma de execução**

**6.1.1.** A execução do objeto observará rigorosamente o calendário escolar oficial do Município.

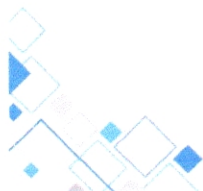
**6.1.2.** O início da execução ocorrerá conforme cronograma estabelecido neste Termo de Referência, a partir da assinatura do contrato.

**6.1.3.** O prazo de execução do contrato poderá ser prorrogado, desde que haja solicitação formal e devidamente fundamentada pela Contratada, antes do término do prazo inicialmente fixado, mediante despacho da Administração, com a devida demonstração dos fatos, razões e circunstâncias.

**6.1.4.** A execução dos serviços deverá observar os métodos, rotinas, etapas, procedimentos operacionais, tecnologias empregadas, frequência e periodicidade estabelecidos no Contrato, na Ordem de Serviço e neste Termo de Referência.

### **6.2. Da manutenção dos veículos**

**6.2.1.** A manutenção preventiva e corretiva dos veículos será de inteira responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.



**6.2.2.** A Contratada deverá assegurar a manutenção preventiva de todas as peças, partes e componentes necessários ao pleno funcionamento dos veículos.

**6.2.3.** Os serviços de assistência técnica, quando necessários, deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados, uniformizados e identificados por meio de crachá.

**6.2.4.** Os serviços deverão ser executados de forma contínua, pontual e diária, conforme as rotas, horários e quilometragem definidos neste Termo de Referência, durante o período letivo do exercício de 2026, excetuando-se o período de férias escolares.

### **6.3. Das responsabilidades da Contratada**

**6.3.1.** São de exclusiva responsabilidade da Contratada todas as despesas necessárias à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a: manutenção mecânica e elétrica, substituição e reparo de pneus, troca de óleo e filtros, lavagem, lubrificação, abastecimento, reposição de peças, fornecimento de motoristas, seguros, licenças, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, multas de trânsito, bem como quaisquer outros custos diretos ou indiretos, não sendo admitido qualquer repasse adicional à Contratante.

### **6.4. Da conformidade da execução**

**6.4.1.** O objeto deverá ser executado em estrita conformidade com o Termo de Referência, o Edital e as cláusulas contratuais, após a assinatura do instrumento contratual.

### **6.5. Das condições e da forma de recebimento**

**6.5.1.** Os veículos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, correndo por conta da Contratada todas as despesas relacionadas ao fornecimento, tributos, seguros, encargos e demais ônus necessários ao pleno atendimento do objeto.

**6.5.2.** O Órgão Solicitante rejeitará, no todo ou em parte, os veículos ou serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas, ainda que já tenham sido recebidos, devendo a Contratada promover as correções necessárias no prazo estipulado pela Administração.

**6.5.3.** O recebimento do objeto dar-se-á nos termos do art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

**6.5.3.1. Provisoriamente,** pelo servidor responsável pela fiscalização, mediante verificação sumária da conformidade com as exigências contratuais;





**6.5.3.2. Definitivamente**, pelo servidor responsável pela fiscalização, mediante relatório que comprove o atendimento integral das obrigações contratuais.

**6.5.4.** Constatadas irregularidades, a Administração poderá rejeitar o objeto, determinando sua imediata substituição, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**6.5.5.** Na hipótese de substituição de veículos, esta deverá ocorrer de forma imediata, contada da notificação formal, mantidas as condições e os preços registrados.

**6.6.** O recebimento não afasta, limita ou exclui a responsabilidade integral da Contratada quanto à qualidade, adequação e conformidade do objeto, permanecendo assegurado à Administração o direito de exigir a correção ou substituição a qualquer tempo, às expensas da Contratada.

## **6.7. Das exigências legais e operacionais**

**6.7.1.** A Contratada, os veículos e os condutores deverão cumprir integralmente o Código de Trânsito Brasileiro, as normas do DETRAN, CONTRAN, CETRAN, CONATRAN e demais legislações aplicáveis.

**6.7.2.** Os veículos utilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, com capacidade compatível com a quantidade de passageiros transportados, assegurando segurança e conforto.

**6.7.3.** A Contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas no Edital, em seus anexos, na proposta e no contrato, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e despesas decorrentes da execução do objeto.

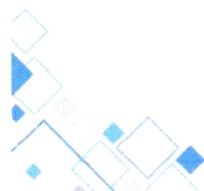
## **6.8. Do local, horário e prazo de execução dos serviços**

**6.8.1.** Os serviços serão prestados conforme as rotas e lotações definidas neste Termo de Referência, de forma diária, de segunda a sexta-feira, e, quando necessário, aos finais de semana, para atendimento do calendário escolar.

**6.8.2.** A execução observará integralmente as normas do direito do trabalho e da legislação previdenciária.

**6.8.3.** O acompanhamento, a fiscalização e o atesto das notas fiscais serão realizados por servidor designado, responsável pela verificação da conformidade dos serviços prestados.

**6.8.4.** O recebimento e a fiscalização do objeto serão realizados por servidor designado.





**6.8.5.** Caso seja constatada, a qualquer tempo, divergência entre os veículos utilizados e as especificações contratadas, a Contratada será imediatamente notificada para proceder à substituição.

**6.8.6.** Alterações de rotas e percursos somente poderão ocorrer por determinação formal da Contratante, devidamente justificada, mediante prévio aditamento contratual, quando cabível.

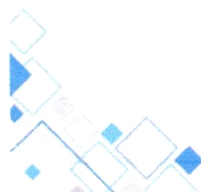
**6.8.7.** O prazo de execução dos serviços seguirá o calendário escolar anual, iniciando após a assinatura do contrato.

**6.8.8.** A execução do objeto ocorrerá sob inteira responsabilidade da Contratada, a quem caberá todo e qualquer ônus decorrente da prestação dos serviços.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**7.1. Deverá ser realizado vistoria pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação nos veículos após a habilitação do vencedor, verificando as condições e exigências abaixo:**

- a)** Cintos de Segurança em boas condições e para todos os passageiros;
- b)** Extintor dentro do prazo de validade e conforme determinar a legislação Nacional em vigor;
- c)** Registrador de Velocidade - Tacógrafo e os discos devem ser trocados periodicamente conforme determina a Legislação Nacional em vigor;
- d)** Pintura de faixas horizontais na cor amarela nas laterais e traseira do veículo, contendo a inscrição da palavra "ESCOLAR" na cor preta;
- e)** Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- f)** Alarme sonoro de marcha ré;
- g)** Município poderá recusar qualquer veículo se constatado mediante vistoria a inadequação para a prestação do serviço;
- h)** Os veículos deverão possuir idade máxima de 10 anos.
- i)** Independentemente do ano de fabricação, o Município poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o Transporte, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como, por inobservância das especificações técnicas exigidas pela Legislação aplicável.





**j) O licitante deverá submeter os veículos à vistoria/fiscalização do DETRAN/CIRETRAN após a assinatura do contrato no prazo estipulado pela administração. Deverá também ser realizado no início do segundo semestre.**

**k) A Autorização do DETRAN (CIRETRAN) e da Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível;**

**l) Em caso de veículos estragados e/ou danificados que impeçam a execução do serviço, deverão estes ser substituídos no prazo imediato determinado pela Administração por outro(s) similar(es), de maneira a não interromper o correto andamento da locação durante o tempo necessário aos reparos;**

**m) Deverá a contratada manter a documentação do veículo rigorosamente em dia, tais como: DPVAT, IPVA, Seguro contra Terceiros dentre outros que sejam necessários para o bom andamento do serviço;**

**n) Deverá a contratada responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, inclusive em caso de eventual infração aos direitos de propriedade de terceiros, reparando às suas custas os danos causados durante a execução do objeto.**

**o) Dos requisitos e atribuições dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços (motorista):**

**p) Idade igual ou superior a 21 anos;**

**q) Carteira Nacional de Habilitação na categoria "D" ou "E" dentro do período de validade;**

**r) Apresentar comprovação de participação de curso de formação de Condutor de Transporte Escolar atualizado;**

**s) Comprovar que não tenha cometido infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;**

**t) Apresentar certidão negativa do registro de antecedente Criminal, dos últimos 05 (cinco) anos.**

**u) O vencedor deverá apresentar os documentos acima na vistoria realizada pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação, que deverá ser anexado ao processo.**

**v) Aos condutores são proibidos, sem prejuízo de outras exigências expressas Legislação Superior:**

**w) Fumar em serviço;**

**x) Transportar produtos tóxicos, inflamáveis, como: gás, combustível, produtos químicos de qualquer natureza, bem como, animais e volumes que prejudiquem o espaço físico e coloque em risco a integridade física do usuário;**



y) Consumir e transportar bebida alcoólica nos veículos, bem como, transportar usuários alcoolizados;

z) Transportar outros passageiros que não sejam alunos, salvo nos casos de excepcionalidade;

**aa) O vencedor deverá apresentar comprovação da frota no ato da vistoria, através da relação detalhada dos veículos, que será anexada ao processo, contendo:**

**bb)** Marca, modelo, ano de fabricação;

**cc)** Capacidade de passageiros;

**dd)** Número de Renavam e placa;

**ee)** Licenciamento atualizado;

**ff)** Último certificado de inspeção de segurança veicular (Detran/CIRETRAN).

**gg) O vencedor deverá comprovar infraestrutura operacional no ato da vistoria, que será anexada ao processo:**

**hh)** Base local (ou regional próxima) para suporte logístico e manutenção dos veículos, comprovada através do Alvará de Funcionamento;

**ii)** Canal de comunicação com a Secretaria de Educação para controle e acompanhamento dos serviços.

**jj) A Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação deverá vistoriar periodicamente os veículos, mesmo após aprovação do DETRAN/CIRETRAN.**

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**8.1.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.2.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.3.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar







de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **8.4. Do(a) Preposto**

**8.4.1.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, sendo indicado no envio da proposta final.

**8.4.2.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa a qualquer momento, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **8.5. Fiscalização (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)**

**8.5.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**8.5.2.** Para acompanhamento, fiscalização e vistoria da execução dos serviços, e atesto dos serviços realizados e/ou das notas fiscais será exercida por meio de servidor devidamente designado para este fim, o qual ficará como responsável pela fiscalização da execução da respectiva contratação.

**8.5.3.** O fiscal da despesa será o responsável por acompanhar e atestar as notas objeto da execução.

**8.5.4.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**8.5.5.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**8.5.6.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**8.5.7.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).





**8.5.8.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº14.133/2021, art. 121, caput).

**8.5.9.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

## **8.6. Da gestão da contratação**

**8.6.1.** A gestão do contrato deverá verificar antes de cada pagamento os seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), e a comprovação da Regularidade Fiscal Municipal e Estadual.

## **8.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:**

**8.7.1.** Verificação de autorização da demanda junto ao Gestor da pasta;

**8.7.2.** Juntada de manifestação técnica da controladoria interna, para aferição dos requisitos técnicos da despesa em apreço.

**8.7.3.** Aferição de existência de lastro orçamentário para o comprometimento da fonte, com a devida compatibilidade com a requisição inaugural.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**9.1.** Ao início de cada mês será formulado requisição/autorização referente aos serviços a serem executados.

**9.2.** Ao final de cada mês, a contratada deverá emitir nota fiscal referente aos serviços executados no período e deverá encaminhar para o setor de protocolo da administração, que será direcionada ao setor de fiscalização do contrato.

**9.3.** A nota fiscal deverá ser acompanhada dos documentos comprobatórios de realização dos serviços, bem como dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), e a comprovação da Regularidade Fiscal Municipal e Estadual.

**9.4.** A fiscalização do contrato analisará/verificará a execução dos serviços, emitindo relatório, atentando ou não a execução dos serviços.





**9.5.** No relatório de fiscalização deverá ser apontado as possíveis irregularidades constatadas, devendo ser encaminhadas a autoridade superior.

**9.6.** O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica de pagamento dos processos.

**9.7.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução dos serviços do contrato.

**9.8.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**9.9.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.10.** Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**9.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.12.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**9.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

**9.14.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.





**9.15.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

**9.16.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **10. VISTORIA PRÉVIA AO CERTAME**

**10.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h;

**10.1.1.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

**10.1.2.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

**10.1.3.** O(a) licitante interessado(a), deverá agendar, previamente, com o setor responsável, dia e horário para o acompanhamento da vistoria, por meio do telefone da Secretaria Municipal de Educação, e-mail: [semed.cariri@gmail.com](mailto:semed.cariri@gmail.com) e telefone: (63) 3383-1283;

## **11. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**11.1.** A licitante deverá comprovar:

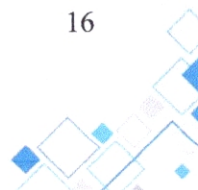
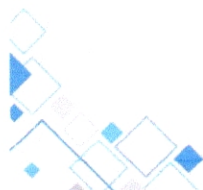
**11.2.** Regularidade fiscal;

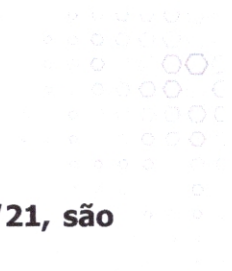
**11.3.** Habilitação jurídica;

**11.4.** Qualificação econômico-financeira (balanço patrimonial, certidões, etc.);

**11.5.** Qualificação técnica, mediante apresentação de atestados que comprovem capacidade para executar transporte escolar.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES (art. 92, X, XI, XIV, XIV, XVI e XVII)**





**12.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, são obrigações da Contratada:**

- a) Fornecer o objeto na quantidade, qualidade, local, prazo e condições estipulados, bem como, na proposta apresentada em sessão, e valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, sem nenhum custo oneroso para a administração em relação ao fornecimento;
- b) Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto;
- c) Assegurar a entrega do objeto licitado nos prazos definido;
- d) Substituir/trocar, reparar/corrigir às suas expensas o veículo caso venha a ser recusado, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- e) Atender com prontidão às reclamações;
- f) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado ao Órgão Solicitante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;
- g) Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
- i) Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;
- j) Executar as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- k) A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

**12.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21 são Obrigações da Contratante:**





- a) Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas;
- b) Assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da CONTRATADA aos locais de trabalho, desde que devidamente identificados;
- c) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, qualquer irregularidade encontrada na locação dos veículos, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;
- d) Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a vigência do Contrato;
- e) Arcar com as despesas de publicação do presente processo e dos termos aditivos que venham a ser firmados;
- f) Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- g) Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- h) Acompanhar e fiscalizar o contrato por um representante da Administração especialmente designado;
- i) Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, alínea "j", da Lei nº 14.133/2021)**

**13.1.** As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos orçamentários afetos ao Órgão Solicitante descritas abaixo, podendo ser alteradas ou incluídas novas, desde que observada à existência de saldo e a classificação orçamentária conforme o seu Quadro de Detalhamento de Despesa, por meio de apostilamento;

05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 – LOCACAO DE VEICULO. Fonte de Recurso: 15001001000000 – MDE.

05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 – LOCACAO DE





VEICULO. Fonte de Recurso: 15530000000000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE).

05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 – LOCACAO DE VEICULO. Fonte de Recurso: 15760000000000 - TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO ESTADO.

## **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário com dolo ou culpa:

**14.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

**14.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**14.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**14.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**14.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**14.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**14.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**14.1.5.** Fraudar a licitação.

**14.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**14.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



**14.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**14.1.6.3.** Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame, sem apresentar a devida justificativa;

**14.1.6.4.** Abandonar o certame.

**14.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**14.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**14.2.** A administração, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**14.2.1.** Advertência;

**14.2.2.** Multa;

**14.2.3.** Impedimento de licitar e contratar; e

**14.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.5.** As demais disposições e procedimentos são as previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº. 14.133/21.

Cariri do Tocantins/TO, 16 de dezembro de 2025.



Responsável pela Elaboração:



**Pedro Vitor Araujo Cirqueira**

Diretor de Planejamento

Decreto 089/2025



**Matias Luciano Santana**

Diretor de Transporte

Aprovo o presente Termo de Referência:



Lucenilde de Sousa Morais Costa

**Gestora do Fundo Municipal de Educação**

Decreto 30/2025

